

LEITURA E ESCRITA: A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COMO MEIO EFETIVO NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Francisco Klebio e Costa¹
Diógenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: O desafio de alfabetizar segue sendo perseguido e tido como um tarefa crucial aos que se interessam pelo tema, tais como familiares de crianças em idade escolar, estudiosos, gestores públicos e docentes, sobretudo estes últimos que se dedicam a lecionar em séries iniciais do Ensino Fundamental. Cada docente tem a sua metodologia, a sua didática de como levar adiante a empreitada cotidiana de mediar a construção e a aquisição da leitura e da escrita que, às vezes, é exitosa. De algum modo, o assunto toca ao tecido social, exigindo reflexões que contribuam na compreensão e superação definitiva desse problema que se arrasta, sem que se vislumbre uma solução próxima. Este artigo buscou na obra dos teóricos Soares (2009), Ferreiro (2011, 2013, 2014, 2015), Grossi (1990), Antunes (2003) um espaço de diálogo para que este trabalho fosse possível e fundamentado, uma vez que suas teorias transitam fartamente no bojo do tema da escrita e da leitura, seus desafios e possibilidades mas, sobretudo, suas teorias oferecem ocasião de reflexão e revisão de práticas docentes, muitas das quais arraigadas em métodos comprovadamente anacrônicos, que já não respondem às exigências da escola atual, inserida no âmbito das transformações tecnológicas, de costumes e, em especial, no que se refere à escrita e à leitura, suas demandas que crescem diuturnamente.

Palavras-chave: Alfabetizar. Metodologia. Didática. Construção.

ABSTRACT: The challenge of literacy continues to be pursued and seen as a crucial task for those interested in the topic, such as family members of school-age children, scholars, public managers and teachers, especially the latter who are dedicated to teaching in the initial grades of Elementary School. Each teacher has their own methodology, their own teaching style on how to carry out the daily task of mediating the construction and acquisition of reading and writing, which is sometimes successful. In some way, the subject touches on the social fabric, requiring reflections that contribute to understanding and definitively overcoming this problem that has been dragging on, without a close solution being envisaged. This article sought the work of theorists Soares (2009), Ferreiro (2011, 2014, 2015), Grossi (1990), Antunes (2003) a space for dialogue so that this work a possible and well-founded, since their theories move extensively within the theme of writing and reading, their challenges and possibilities but, above all, his theories offer an opportunity for reflection and review of teaching practices, many of which are rooted in proven anachronistic methods, which no respond to the demands of current schools, within the scope of technological transformations, customs and, especially with regard to writing and reading, their demands that grow day by day.

Keywords: Literacy. Methodology. Didactics. Construction.

¹Licenciatura Plena - Pedagogia - UVA Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica - UVA Professor da Rede Pública Municipal de Fortaleza.

²Doutor em biologia pela UFPE. Graduado em licenciatura plena em ciências biológicas pela UFRPE. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

I. INTRODUÇÃO

A questão da alfabetização de crianças sempre suscita algum tipo de discussão, uma vez que cada leigo ou docente tem a sua compreensão própria do que vem a ser o assunto e como deve ser abordado, sendo que o regente de uma classe de alfabetização, por exemplo, não pode ter como guia de suas ações cotidianas o senso comum e tampouco somente as próprias inclinações pedagógicas, sem que essas tenham passado pelo crivo dos teóricos que tratam do assunto. Assim sendo, lidar com o tema da alfabetização é uma tarefa que exige um conhecimento próprio, construído ao longo das experiências, além de ser avaliado, para que os frutos venham ao seu tempo.

Para fundamentar este artigo e dar-lhe mais vigor acadêmico, optou-se pela pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2002) auxilia na interpretação, na análise de um material informativo, uma apostila ou periódico, sendo que “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência”. Uma das propostas deste artigo é apresentar a importância e os sentidos das abordagens pedagógicas como forma de remediar entraves no processo das aprendizagens, como a repetência, evasão e a exclusão escolar. De uns tempos pra cá as avaliações externas são a tônica da educação, estabelecem rankings, além de compor as políticas públicas voltadas ao setor. Quanto mais efetiva e pertinente for a ação pedagógica, além de outros fatores que interferem na educação, é possível que ela seja fator de crescimento positivo das aprendizagens, da consolidação de habilidades que geram competências das mais diversas.

2056

Dentre os objetivos a serem atingidos no decurso do trabalho será acentuado que as intervenções pedagógicas utilizadas visando a alfabetização de crianças devem estar ancoradas não somente nas experiências vividas num ambiente de sala de aula, por mais oportunas e frutíferas que demonstrem ser, mas seu alicerce não é outro senão as obras dos teóricos, que são vastas e ajudam o docente a realizar uma atividade duradoura e que possa ser replicada em outras situações. Mesmo que em ambientes distintos, por exemplo, em situações de ensino e aprendizagem no meio rural ou em centros urbanos desenvolvidos, de caráter industrial, uma abordagem pedagógica será duradoura e perfeitamente aplicável em ambas as regiões será aquela que leva em conta a sua fundamentação em teorias científicas comprovadamente eficazes e que norteiam a quem as aplica e aos seus beneficiários, nesse caso os alunos de uma determinada escola.

Acredita-se que a relevância deste artigo seja situar o tema das intervenções pedagógicas em bases científicas e que podem ser úteis nas atividades diárias de docentes que lecionam nas

turmas acima referidas. Algo que se configura como aparentemente ordinário e ao qual é dada relativa atenção, as intervenções pedagógicas possuem um caráter decisivo no processo de alfabetização de milhões de crianças que estão na idade escolar.

2. Desenvolvimento

Este artigo dialoga com a questão da intervenção pedagógica docente na formação inicial de crianças. Particularmente, o trabalho abordará a intervenção feita no processo de escrita e de leitura, na etapa de alfabetização inicial do Ensino Fundamental. De acordo com Ferreiro (2011), é fundamental que o ambiente escolar e a abordagem pedagógica considerem que as crianças buscam a escola para compreender que usos da escrita e também da leitura, mas podem ser praticados fora da mesma, porquanto já trazem consigo parte dessa informação. Há docentes que ignoram por completo esse dado, e passam a agir de modo uniforme na aplicação de atividades, de abordagens de toda natureza, como se todas as crianças de uma determinada sala estivessem num único nível de uso e compreensão da escrita e da leitura. Na verdade, muitos dos gêneros textuais e portadores de textos já são de amplo conhecimento e uso de muitas crianças recém chegadas ao ambiente escolar, daí a necessidade de uma avaliação diagnóstica inicial bem feita, para que as intervenções sejam efetivas e redundem positivamente no desenvolvimento das crianças, por um lado. Mas há crianças nesse mesmo ambiente que ainda não fazem uso social de alguns portadores de textos, sequer conhecem a sua finalidade. Essa heterogeneidade é campo fértil de ações transformadoras.

2057

O tema abordado neste artigo, mesmo sem ser inédito, o interesse que o mesmo despertou, conforme Gil (2002) já possuía raízes em cursos anteriormente realizados e concluídos. Portanto, não é de todo novo e nem recente, mas desperta discussões as mais acaloradas e nos mais diversos âmbitos sociais, é motivo de controvérsias, mas se torna consenso quando se trata da sua importância e alcance.. Não há espaço social razoável que contemple a negação da necessidade da alfabetização de crianças, pois seria ignorar a sua função e os benefícios que a mesma traz ao conjunto da sociedade, além de ser um direito previsto na legislação que aborda o tema. Portanto, a alfabetização é parte indissociável da formação dos que buscam a escola como forma de remediar as suas necessidades culturais, tendo essa mesma escola a função de proporcionar meios e condições mínimas para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de modo a integrar a criança no meio letrado, que faz uso da escrita,

leitura, produção textual e sua interpretação como suportes mínimos de alto valor e circulação numa sociedade que valoriza tais aprendizados.

Mediar a formação de crianças em idade escolar inicial não é uma obra de caridade e tampouco fruto de voluntarismo, mas uma adesão cultural, profissional, especializada e consciente de que se vai intervir no processo de outrem, positivamente. Para que essa intervenção ocorra de modo proveitoso e que gere desenvolvimento, ela necessita estar assentada em bases teóricas sólidas e amplamente aceitas pela comunidade científica. Despir-se de concepções anacrônicas é um dos caminhos propostos ao longo do trabalho, como forma de mitigar monstros que ainda assustam a educação brasileira, como a retenção e a evasão escolar. O antídoto apresentado ao longo deste trabalho nada mais é do que as teorias que nos acompanham, sem que percebamos, mas nos acompanham. É distante o tempo em que se lecionava porque não se tinha o que fazer; é longínqua a atitude docente que mandava na sala de aula e nos alunos, quiçá na direção da escola. Passou, felizmente!

Teóricos e Teorias que auxiliam na intervenção pedagógica

Na perspectiva da alfabetização, que abre caminho ao letramento, a mediação docente ocupa um significativo espaço, sem ser a centralidade, mas é o docente que estabelece uma relação em que pode favorecer o aprendizado, despertar a curiosidade sobre temas específicos, relevantes e que geram competências duradouras, dando continuidade ao processo de alfabetização que tem sua gênese no ambiente doméstico da criança, particularmente em ambientes “onde ler e escrever são atividades cotidianas, onde recebem esta informação através da participação em atos sociais, onde a língua escrita cumpre funções precisas” (Ferreiro, 2011,p.19). Assim sendo, a atuação docente deve estar ciente de que ao iniciar, por exemplo, o ciclo do Ensino Fundamental, a criança já experimentou inúmeras ocasiões de vivência relativas à escrita e leitura, nas suas mais diversas formas, nos mais diferentes portadores de textos. É a partir dessa premissa, de que a criança traz consigo vivências de leitura e escrita anteriores ao seu ingresso na escola formal, que o professor ou professora responsável deve planejar e fazer suas intervenções pedagógicas, visando ao desenvolvimento dos que estão sob sua responsabilidade educativa. Afastar-se dessa premissa é prenúncio de uma atuação uniformizante, que não leva as singularidades em conta, quando uma sala de aula de crianças é o próprio retrato da heterogeneidade.

Ao docente em turmas iniciais do Ensino Fundamental o tema da leitura e da escrita, assim como os relacionados à etapa, exige algum conhecimento mínimo do percurso histórico e cultural desses temas, seus teóricos mais importantes e que são tidos como expoentes. Mas por outro lado, a partir de uma avaliação diagnóstica prévia, deve-se levantar o percurso que a criança fez nas muitas tentativas de situar sua escrita, por exemplo, no nível ortográfico, o que se busca na escola. Essas tentativas, em alguns casos ocorrem em casa. Assim sendo, importa ter presente que:

Para os pequenos, de três a cinco anos, a escrita não é um instrumento, mas um dado do meio social que precisa ser transformado em um observável. Um dado do meio social: a escrita, presente no meio urbano, entre no espaço doméstico mesmo que somente através das embalagens, comerciais” (Ferreiro, 2013, pp. 30-31).

Numa situação em que o docente prepara uma intervenção com vista à leitura, para realizar a interpretação do que está escrito, por exemplo, numa camisa de futebol que a criança, porventura, vestiu naquele dia, é fundamental que leve em conta que essa interpretação já fora feita várias vezes, em ocasiões anteriores as mais diversas, pelas diferentes pessoas da família e da comunidade da criança. Portanto, o ideal nessa intervenção é que o docente abra espaço para que a própria criança, juntamente com seus pares, faça o relato que lhe ocorre ou que reproduzam o que já ouviram. Numa hora dessas, pode ser que outra criança tenha a mesma camisa, o que será oportunidade valiosa de agregar mais informações, dessa vez a partir do ponto de vista de outra criança, que recebeu a camisa noutro contexto, por motivos que nem sempre irão coincidir com o outro colega de sala que veste camisa similar. .

2059

Qualquer intervenção, seja com vistas à escrita ou à leitura, será muito mais eficaz se o docente deixar de lado a costumeira posição adultocêntrica, abrindo espaço para que a criança conduza o processo de escrita ou de leitura, de modo autônomo. No momento oportuno, as correções e os acréscimos necessários serão apresentados para que aquela ideia da criança sobre o que ela supunha estar escrito na camisa possa ser recuperada e transformada. Ressalta-se aqui o protagonismo de uma criança que recupera muito do que ouviu em casa, acrescenta à sua fala a contribuição de outra criança, num espetáculo ao vivo de construção do conhecimento, de aperfeiçoamento da oralidade.

Dada a centralidade da criança no processo das aprendizagens, o docente figura como aquele que acolhe e recolhe as contribuições infantis, recuperando-as ao longo do processo. Portanto, não se trata de atuar como um incansável emissor de informações, um expositor de códigos abstratos e longe do alcance dos pequenos, mas ser o mediador que atua somente e

objetivamente para que a criança fortaleça suas convicções e transforme situações vividas em objeto de conhecimento, em produção cultural, com a cooperação indispensável do adulto que está à frente naquela hora.

Concordamos com Ferreiro (2013) quando salienta que as mais diversas perguntas e dúvidas feitas pelas crianças são todas legítimas, de cunho científico, seja naquilo que se refere à escrita ou à leitura. Tratar essas crianças como sujeitos que possuem hipóteses, que usam sua inteligência para dizer como pensam que se escreve ou lê uma determinada palavra é a melhor forma de contribuir com seu desenvolvimento. Ressaltar e ajudar a criança a partir daquilo que já sabem, das suas possibilidades, sem acentuar exageradamente aquilo que ainda não sabem. O que ainda não sabem ocupa o seu lugar no longo processo das aprendizagens, mas aguarda a oportunidade mais propícia para ser acrescentado e discutido, continuando como parte importante de uma abordagem verdadeiramente pedagógica. Não se trata, portanto, de alijar o professor do rico momento das aprendizagens, mas de favorecer o protagonismo infantil.

O lugar pedagógico de quem acompanha o desenvolvimento de crianças em idade escolar - em nosso caso aquelas que estão iniciando a etapa do Ensino Fundamental - como dito acima, exige conhecer de perto o tema e suas nuances, suas características, ou seja, ter alguma familiaridade com os teóricos e suas produções, para embasar o planejamento, as ações individuais e as coletivas, de modo que no seu fazer diário as demandas infantis sejam acolhidas e respondidas de modo satisfatório. Por exemplo, naquilo que se refere à leitura, seja de palavras ou de textos de baixa complexidade, Ferreiro (2015) alerta para o fato de que o processo de leitura não tem nada a ver com o acúmulo de informações, seja qual for sua natureza. A criança não fica a adicionar informações de diversas fontes e gêneros até que consiga o intento final que é a leitura, senão que há um tipo de coordenação por parte da criança, que conduz à obtenção de uma interpretação, que pode ser perfeitamente reformulada em posterior momento. Conhecer esse movimento dinâmico de construção da linguagem escrita ou de leitura de textos, e a partir dele organizar sua atuação diária é uma forma de abrir espaço para que a criança cada vez mais faça crescer seu repertório, realizando inferências que situem-na no patamar leitor.

Cabe ressaltar aqui que a observação, a contemplação diária e planejada dos movimentos de escrita e de leitura praticados pela criança também são formas de intervir pedagogicamente. Intervir pedagogicamente, em algumas situações, significa calar, sentir, abaixar-se e chegar mais perto. Em muitos casos, as crianças estão a ensinar ao docente as premissas da escrita e da leitura, os fundamentos sobre as quais é possível assentar a prática docente, mas tem que

dedicar espaço e tempo para perceber que nos livros didáticos estão os textos e as numerosas e enfadonhas tarefas, mas é na criança que está diante do docente que reside a possibilidade de construir, rever, testar e finalizar o acesso à leitura e escrita.

Há profissionais da educação, em sua tarefa diária de guiar (educar) grupos inteiros pelas sendas ignotas da escrita e da leitura, como escreve Antunes (2003) que ainda ignoram que há um sujeito bem definido à sua frente, sujeito este que interfere, constrói e testa os acessos, experimenta, retira e acrescenta, seleciona e descarta até encontrar o que acredita seja o caminho que irá conduzi-lo ao domínio da língua, da participação na intrincada teia da oralidade adulta e de grupos, que a partir da conversa estruturam sua individualidade, projetam e realizam a vida em sociedade. Uma intervenção pedagógica consequente deve fincar sua atuação voltada a uma escrita e leitura que dialogue, que faça sentido a quem, porventura, lê a produção feita pela criança, e que tenha uma função bem definida. Intervir pedagogicamente para conduzir uma criança somente ao aprendizado da leitura é deixar um vazio que o aprendiz terá dificuldades em preenchê-lo, efetivamente. É muito pouco intervir, por exemplo, para que uma criança aprenda somente produzir ou ler um texto instrucional se ela não dá conta dos usos e da circulação social desse gênero e de tantos outros. Concordamos com Antunes quando afirma:

Escrever sem saber para quem é, logo de saída, uma tarefa difícil, dolorosa e, por fim, é uma tarefa ineficaz, pois falta a referência do outro” (Antunes, 2003, p. 46).

Observe-se que a autora faz uma reflexão valiosa aos docentes, para que uma intervenção pedagógica possa ser exitosa. A intervenção deve ser situada socialmente, funcional, com aplicação na vida real da criança. Muito pouco adianta uma oficina de bilhetes, recheada de papéis finos e canetinhas coloridas se não existe realismo naquela atividade. A intervenção deve situar a criança em situações sociais, reais, que dizem respeito ao viver, a partir das produções realizadas em sala de aula. Na crueza do cotidiano da maioria dos brasileiros não se brinca de fazer receita, não se brinca de pagar passagem em coletivo ou de preencher um formulário com vistas a reivindicar um documento de identidade, por exemplo. Como foi dito em outra parte deste artigo é fundamental que a criança que está em processo de construção do conhecimento, em especial que seu processo de alfabetização seja posta em situações funcionais do uso social dos mais variados gêneros e portadores de texto que circulam em bodegas, padarias, supermercados, farmácias, etc. Somente uma intervenção baseada no cotidiano, mas com olhos postos no que as teorias científicas tratam e recomendam, nas

conclusões que chegaram depois de experimentos, será capaz de dar conta eficazmente das responsabilidades que lhe foram atribuídas.

Abordagens pedagógicas criativas e inovadoras fazem toda a diferença na construção de habilidades por parte da criança, no desenvolvimento de competências, no crescimento do seu repertório e da fluência leitora. Mas cabe ressaltar também que a qualidade - mais importante que a quantidade - das intervenções reforçam a autonomia infantil no que se refere à sua capacidade de se expressar sem que um adulto esteja por perto a podar as suas meninices estampadas em pautas de caderno que esconde hipóteses de causar inveja a qualquer adulto que se tenha por letrado. Mais que adotar miríades de intervenções, de novidades pouco eficazes, de teimar em repetir conteúdo que não apresentou rendimento da turma, é necessário que se invista em atividades cuja origem esteja na própria criança. É a própria criança que vai, paulatinamente, indicar o roteiro a seguir, sem interferir na proposta pedagógica docente. O desenvolvimento da criança pede novos desafios e ela vai atrás deles, de uma forma personalíssima, na maioria das vezes estranha aos procedimentos engessados que estão em voga em muitas partes. Uma intervenção que leva em conta a busca sincera e hipotética que a criança realiza deve abolir definitivamente questões como “certo” ou “errado”, conforme Ferreiro (2011), uma vez que ao agir dessa forma prevalece a perspectiva do adulto que já percorreu muito do seu caminho cultural, mas que ignora que à sua frente, há crianças que optam por caminhos diferentes dos que já foram excessivamente trilhados. A criança encontra atalhos, magistralmente. Como se vê, ao abandonar o dualismo “certo ou errado”, ao considerar produções infantis, o docente areja sua atuação em sala de aula, avança em suas concepções, afetado que foi pelo vento pueril que sopra sem pedir licença.

Inovar não significa trazer uma novidade a cada dia para as crianças, novidade essa que apenas troca de roupa, mas não muda em essência. Inovar uma prática de intervenção pedagógica é integrar as experiências de cada criança ao portfólio empoeirado do professor, é proporcionar um ambiente organizado pelas próprias crianças, desde a organização do mobiliário até a decoração que deve ser realizada diariamente, continuamente e pela turma. Inovar é instaurar novo olhar sobre determinada situação, participar da mesma, ajudar a dinamizá-la e, ao final, perceber que continua sendo o mesmo docente, com as suas incontáveis graduações. Portanto, a atitude é o que gera a inovação, seja em pequenas situações da vida ou em mega empreendimentos.

Desafios da intervenção pedagógica

Como vimos até aqui, a atuação pedagógica bem sucedida e com embasamento teórico pode ser ocasião de inclusão no vasto mundo da escrita e da leitura, por um lado. Na outra ponta, abordagens pedagógicas desprovidas dos seus fundamentos teóricos são uma fonte inesgotável de exclusão escolar e social, que não permitem que a criança participe dos bens culturais mediados pela Escola. A indagação que se coloca é a seguinte: Como superar uma situação assim? Ao que se responde: É fundamental conhecer, para ajudar eficazmente.

Superar e integrar os desafios que diariamente surgem e são comuns em abordagens pedagógicas que visam mediar a aquisição da escrita e leitura é algo que não pode passar despercebido pelo docente e nem pode ser subestimado. A tolerância e a espera pedagógica para que o aprendiz evolua de acordo com o movimento dinâmico de experimentação e construção que a criança faz, incessantemente, talvez seja um dos maiores desafios que se coloca à frente do adulto. Acolher para compreender e ajudar, sem supor que tudo já está posto. Acreditar que ação do adulto é mais importante que a ação da criança é um equívoco a ser superado. O maior, talvez. Não se trata aqui de uma subserviência pedagógica do docente em relação à turma, mas de uma curva na postura investigativa do adulto para que a hipótese infantil possa vir à tona, mesmo que em seguida a mesma criança conclua e faça as mudanças a partir da orientação do adulto responsável pelo processo.

A Escola deve ser o espaço social no qual a cultura deve florescer, logo, situações e atitudes que vão em direção contrária, do tipo cultivo ao preconceito, privilégio de poucos, alienação social, anacronismos pedagógicos são movimentos que negam e comprometem fortemente o papel social e cultural da mesma. O diálogo e a busca das singularidades na construção do conhecimento com vistas a uma sociedade mais preocupada com a equidade, com a formação cidadã é um pressuposto inegociável do fazer educação em nossos dias.

Uma questão que assolou a educação - e ainda há seguidores -, segundo Ferreiro (2011) foi a noção de maturidade que, ainda segundo a autora, funcionou como um véu a encobrir limitações e fracassos relacionados aos métodos. Uma vez que o método não se mostrava eficiente, por exemplo, em aprovações de crianças, então o caminho era o de se agarrar à questão da maturidade, ou seja, a criança ainda não havia atingido maturidade suficiente (cognitiva, orgânica etc.), por isso não avançava de um ano ao outro, não conseguia aprender porque era imaturo. Curiosamente, segundo a autora, essa “imatuidade” atingia apenas as classes pobres da sociedade. É necessário que o docente esteja sempre à espreita para não cair nessa funesta

armadilha da maturidade como requisito à aprendizagem, que segrega e esconde o fulcro da questão. Na atualidade não cabe mais e chega a ser inaceitável que o fardo da repetência, do fracasso das aprendizagens, da evasão escolar seja de responsabilidade das crianças e de suas famílias, quando, verdadeiramente, a questão é de outra natureza, de exclusão. A escola não pode mais ser conivente e participar ativamente do processo de marginalização social dos filhos e filhas do Brasil.

A heterogeneidade - que prescinde da maturidade - de uma sala de aula é a oportunidade de realização de uma atividade mais ampla, que incorpore os saberes ali presentes, as hipóteses que pululam em cada criança. Ocorre que, segundo Soares (2005) a fala e a escrita que a criança leva para a escola enfrenta enormes desafios de ser integrada ao que já está posto e subsiste desde muito tempo, que é a norma culta de falar e escrever, de articular a oralidade em ambientes específicos. A norma culta é vista como tábua de salvação de qualquer criança que está iniciando o processo de alfabetização. Em muitos casos, há uma rejeição por parte de alguns docentes aos modos de falar e aos modos de escrever de algumas crianças, sobretudo daquelas que são oriundas das classes menos abastadas e onde a leitura e a escrita são relativizadas - em alguns casos sequer compõem o ambiente doméstico - na vivência diária. É um ato de profundo desconhecimento da complexidade regional e mesmo de colonização e de miscigenação do povo brasileiro.

2064

Ainda segundo Soares (2005) “É evidente que esse contexto escolar, com seus preconceitos linguísticos e culturais, afeta o processo de alfabetização das crianças”. Nesse ponto a observação diária de uma sala de aula soa como uma denúncia do quanto grupos de crianças das classes populares amargam a exclusão dentro dos muros da escola. Não bastasse as condições diárias impostas aos mais pobres pelo capitalismo voraz, a Escola lança sobre os que ainda não são usuários da norma culta de falar e escrever o fardo insuportável da exclusão, o que em nada se identifica com a sua função cultural, quando dentre suas funções desponta a inclusão. Não é nada extraordinário encontrar docentes que ainda priorizam a sintaxe em turmas nas quais a maioria das crianças sequer lê fluentemente, cuja oralidade é um balbúcio limitado de algumas expressões.

De acordo com Antunes (2003), a oralidade e a fala, em alguns casos, é vista com preconceito, muito pouco explorada e aturada com alguma desconfiança, uma vez que é tida como uma fonte de vícios trazidos de casa, do meio em que se vive, da comunidade, daí as abordagens priorizarem a escrita, pois a gramática normativa é um penhor de que se está no

caminho certo. Na verdade, as intervenções pedagógicas deixam de lado a própria funcionalidade da língua, dos seus usos corriqueiros e imprescindíveis ao fazer humano quando relativizam o papel da oralidade na construção do conhecimento, no aspecto da argumentação e da comparação, por exemplo. Numa cultura em que as letras possuem até uma Academia em sua defesa, no caso brasileiro, fica difícil e quase impossível ver na oralidade o insumo principal da comunicação humana. Não há uma academia da oralidade, divulgada, defensora pétrea do direito das crianças de se expressarem e aí serem avaliadas, é como se o ato de falar pouco importasse e fosse demasiado acessível, pois todos falam e diferentemente, cheio de vícios, daí a sua fragilidade. O falar é visto negativamente, mas é o que sustenta as relações humanas, em todos os tempos. Superar e acolher e transformar essa limitação permanece algo desafiador, atual e urgente ao fazer escolar.

Mas os desafios de compreender e incorporar as particularidades da construção de aprendizagens não estão circunscrito somente ao tema da oralidade, como vimos anteriormente. Segundo Grossi (1990) o processo de alfabetização, com destaque para a escrita, vivenciado e construído por uma criança, comporta “conflitos de passagem”, que nada mais são que as construções e experimentações que a mesma vai realizando no percurso que faz rumo ao letramento. A criança vai testando suas hipóteses, abandona umas e assume outras, mudando constantemente, até atingir o ideal convencional. Quando o docente ignora situações desse tipo, de construção da autonomia da escrita e da leitura por parte da criança, é comum que a mesma seja adjetivada de algum déficit. Daí em diante o processo de ensino e aprendizagem experimenta um retrocesso que poderia ser evitado, caso a prática docente possuísse alguma centelha teórica. Para ganhar tempo e cumprir a sequência do livro didático a opção por nivelar a turma é a que predomina. Uma opção que custa caro demais, ao desenvolvimento de aprendizagens de uma criança, pois ela fica como retida em suas próprias inspirações e criações, enquanto deveria ser estimulada e orientada pelo adulto a prosseguir em suas descobertas originais e de buscas pelo novo, algo que é próprio ao mundo das crianças, cheio de fantasias e sem limite de possibilidades.

Os prejuízos causados às crianças em idade escolar, no que se refere à construção da escrita e da leitura, da produção e interpretação de textos não param por aí. Na questão do uso de métodos, há professores e professoras que apostam num determinado método como a solução definitiva de questões como repetência ou dificuldade na escrita, infrequência, desatenção. Segundo Ferreiro (2014) “O método não pode criar conhecimento”. Logo, insistir

num método, por exemplo o silábico, é limitar a possibilidade de novas abordagens e ignorar que o conhecimento reside na pessoa, nas mais variadas construções que realiza, e não fora dela, como alguns apostam o melhor de si na defesa dessa concepção já ultrapassada.

A questão metodológica, em alguns casos, é reduzida à própria compreensão que o docente possui de um determinado método. Há quem acredite e defenda que o fato de ter sido alfabetizada pela via do método fônico, há 3 décadas, por exemplo, é uma justificativa para que este seja adotado numa sala de aula de crianças do século XXI. Cada abordagem reclama um método determinado, é verdade, mas há métodos que comprovadamente não mais atendem aos desafios da atualidade, sobretudo aos avanços da tecnologia, da neurociência, do impacto das mudanças nas relações interpessoais provocados pela ascensão das mídias sociais, em escala inimaginável. Ancorar uma atuação profissional, seja qual for, em pressupostos que já cumpriram a sua função histórica é apostar numa prática descontextualizada e que, possivelmente, trará impactos pouco ou nada relevantes às atuais formas de produção do conhecimento.

Tomemos como exemplo a escrita do próprio nome, que é uma das tarefas iniciais e prioritárias quando uma criança adentra aos muros escolares. Segundo Ferreiro (2015), mesmo que uma criança receba farta informação escrita ou falada acerca do seu nome no ambiente familiar, essa tende a fazer várias reformulações de natureza qualitativa e quantitativa, até que o processo seja completado. Apesar dessa contribuição teórica amplamente conhecida e praticada em algumas partes, não é difícil encontrar abordagens pedagógicas sobre a escrita do próprio nome que investem na cópia do nome realizada pela criança, até sua exaustão, acreditando que grafar o próprio nome não se trata de uma situação de construção, de seleção e reformulação por parte da criança, que realiza uma garimpagem de informações até encontrar a forma ideal de uma palavra que acredita ser escrita desse ou daquele modo. Essa disposição de busca de variações para construir uma palavra, tais como tamanho, quantidade, posição etc., reforça vigorosamente a concepção de que a criança já chega ao ambiente escolar com experiências de toda sorte no campo da escrita e da leitura, cabendo ao adulto que a acompanha em suas descobertas acolher todas as vivências e planejar um ambiente de aprendizagens, que seja suporte eficaz na ampliação e construção de novas competências e habilidades por parte da criança.

A intervenção pedagógica reivindica que o docente tenha suficiente domínio sobre aquilo que a criança realiza diariamente em sala de aula, nos momentos recreativos, nos

conflitos entre pares, iluminando essas realizações e construções com as teorias as mais diversas sobre a leitura e a escrita de textos. Há situações em que teorias aparentemente desconexas e distantes das aprendizagens ligadas à leitura e à escrita estão de forma tão presentes nessas situações, que passam despercebidas pelo docente, seja por incapacidade de estabelecer relações ou por ignorar que sequer existam. Ferreiro (2015) buscou nas teorias de Jean Piaget (1896-1980) a fonte principal para a sua trajetória de pesquisadora e nas quais se inspirou para realizar suas teorias sobre escrita e leitura, ao lado de suas colaboradoras. Jean Piaget atuou nas áreas da Biologia e Psicologia, mas exerceu influência na Educação, uma vez que a construção do conhecimento pelo sujeito impactou a reflexão sobre a Educação. Aparentemente, a teoria de um biólogo não possui relação alguma com a educação de crianças em fase escolar, mas basta um olhar mais apurado para encontrar pontos de contato e estabelecer relações pertinentes, enriquecendo-se mutuamente.

O campo da intervenção pedagógica é amplo e deve ser enriquecido com as mais diversas teorias científicas, ainda que, aparentemente, pareçam distantes do fazer diário. O docente não deve contentar-se frente ao que somente estudou e refletiu em cursos de graduação, especialização, extensão etc., mas ampliar sua busca por fontes auxiliares, ainda que seu objeto de conhecimento seja de outra natureza. O exemplo citado em Ferreiro (2015), mostra que, mesmo Piaget não tendo escrito diretamente aos professores e professoras, sua teoria dos estágios do conhecimento, por exemplo, foi um ponto de contato com a Educação, sendo percebido e acolhido na obra da argentina Emilia Ferreiro (1937-2023). Segundo a estudiosa, a obra do seu professor Piaget é de relevância particular às tarefas da educação - e, no caso dela, refletir sobre escrita e leitura -, pois ele aborda a construção do conhecimento, logo, a educação é espaço privilegiado de construção do saber, do conhecimento, como se processa e avança. Se em sua obra Jean Piaget teorizou sobre os estágios do desenvolvimento, que é amplamente conhecido conforme Ferreiro (2015), é porque o conhecimento é sempre de um estágio menor a um estágio de maior conhecimento, interessando ao campo da Educação..

A partir dessas teorias piagetianas Emília Ferreiro produziu novas e vigorosas teorias acerca da leitura e da escrita, seu itinerário histórico, sua construção a partir das investigações das crianças, mas sem que nos ofereça nada no campo metodológico, cabendo ao docente em sala de aula essa tarefa. É curiosa essa postura de Emília Ferreira de não oferecer métodos que fossem úteis no processo de aprendizagem. Sábia educadora que, respeitando professores e

crianças, deixou um espaço, um vácuo proposital, para que a ciência continuasse a florescer, de diversos modos e a partir de diferentes agentes.

Buscar integrar em seu leque de conhecimentos as variadas teorias sobre a educação, é um grande serviço que se pode prestar aos que estão em idade escolar, especialmente nos caminhos da leitura e da escrita. Não há como seguir adiante na tarefa de colaborar na formação de crianças em idade escolar, a partir da mediação, se não abirmos as portas e janelas das nossas intervenções pedagógicas, metodológicas e teóricas para que o vento da Ciência duradoura sopra nos cômodos das nossas concepções.

CONCLUSÃO

A realização e conclusão deste trabalho científico foi ocasião de dialogar e aproximar práticas pedagógicas que podem ser facilmente percebidas no cotidiano de uma escola de ensino fundamental. O objetivo central deste trabalho, que foi destacar a centralidade de uma intervenção pedagógica bem fundamentada, para que atinja seus fins, permanece válido e serve como parâmetro para trabalhos que possam vir a ser elaborados e com tema semelhante.

As reflexões que dão corpo ao trabalho são relevantes ao fazer diário docente, sobretudo as bases teóricas que sustentam uma atividade como a descrita no artigo, uma vez que dialogam com teorias e intervenções pedagógicas, abrindo espaço para realizações conjuntas. Cada teórico e cada professor sabe da sua responsabilidade frente ao que realiza, não importa o nível em que se leciona e nem o público. A Ciência reveste a ambos com o manto duradouro da teoria, um manto translúcido que deixa transparecer a verdade e a eficácia do que propõe.

2068

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emilia. **O ingresso na Escrita e nas culturas do escrito: Seleção de textos de pesquisa**. 1a. ed. São Paulo: Cortez.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Gil, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.